



PARECER ÚNICO Nº 158/2017 (Protocolo: 1259995/2017)

INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA COPAM: 00098/1990/008/2015	SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: Licença de Operação	VALIDADE DA LICENÇA: 10 (dez) anos	

PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:	PA COPAM:	SITUAÇÃO:
-	-	-

EMPREENDEDOR:	COOPERATIVA TRANSPORTADORA DE PETRÓLEO E DERIVADOS LTDA (COPETRANS)	CNPJ:	21.562.418/0002-43
EMPREENDIMENTO:	COOPERATIVA TRANSPORTADORA DE PETRÓLEO E DERIVADOS LTDA (COPETRANS)	CNPJ:	21.562.418/0002-43
MUNICÍPIO:	Betim	ZONA:	Urbana
COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM):	LAT/Y -	LONG/X -	
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:			
<input type="checkbox"/> INTEGRAL	<input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO	<input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):	CLASSE	
F-02-01-1	Transporte rodoviário de resíduos perigosos – Classe I	3	
RESPONSÁVEL TÉCNICO: Henrique Alves		REGISTRO: 04.0.0000114821	
RELATÓRIO DE VISTORIA: Não se aplica		DATA: -	

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Ana Clara Rena de Souza – Estagiária DREG	Estágio Supervisionado	
Leticia Saporì Duarte – Estagiária DRCP	Estágio Supervisionado	
Liana Notari Pasqualini – Diretora Regional de Regularização Ambiental – SUPRAM CM	1.312.408-6	
Philippe Jacob de Castro Sales - Diretor Regional de Controle Processual de Regularização Ambiental – SUPRAM CM	1.365.493-4	



1. Introdução

A empresa Cooperativa Transportadora de Petróleo e Derivados Ltda (COPETRANS), CNPJ nº 21.562.418/0002-43, sediada na Rua Dois, nº 387, bairro Distrito Industrial Paulo Camilo, município de Belo Horizonte/MG, requereu, em 12/11/2015, através da formalização do respectivo processo, a Licença de Operação (LO) para a atividade de transporte rodoviário de resíduos perigosos - classe I. Trata-se de um empreendimento de porte pequeno, sendo classificado como classe 3 segundo a Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004.

Este Parecer Único baseou-se na avaliação do Plano de Controle Ambiental (PCA) desenvolvido pelo responsável técnico Henrique Alves, ART 14201500000002651898, nas informações obtidas do Sistema Integrado de Informação Ambiental – SIAM, da documentação do Processo COPAM Nº 00098/1990/008/2015 e seus desdobramentos e nas informações complementares protocoladas na Supram CM em 05/10/2017.

2. Caracterização do Empreendimento

Por força da Resolução CONAMA nº 237/1997, a atividade de transporte de cargas perigosas está sujeita ao licenciamento ambiental, devidamente enquadrada pela Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004, conforme código F-02-01-1, no presente caso, para a atividade de Transporte Rodoviário de Resíduos Perigosos - Classe I.

O requerimento de LO apresentado pela empresa Cooperativa Transportadora de Petróleo e Derivados Ltda (COPETRANS), contempla a atividade de transporte rodoviário de resíduos perigosos - Classe I, a ser realizada por 02 veículos. A área de abrangência do transporte será apenas o município de Betim. Os resíduos transportados pelo empreendimento são caracterizados como resíduos provenientes resíduos líquidos contaminados com óleos e graxas. Foi apresentada Ficha de Emergência dos resíduos perigosos conforme NBR 7503 e 8285, e conforme informações obtidas na mesma, os resíduos recebem das Organizações das Nações Unidas (ONU) a classificação nº 2811, número de risco 60 e classe de risco 6.1 para resíduo sólido tóxico. Ressalta-se que a ficha de emergência deve ser emitida pelo gerador do resíduo perigoso.

As principais rotas por onde os veículos transitam são as vias públicas do Município de Betim e principalmente as rodovias federais BR 381 e BR 262. Os resíduos são destinados à Rodovia BR 262, km 357, Morada do Trevo, no município de Betim. As paradas deverão ser realizadas nos locais pré-determinados nos roteiros de viagem.

O gerador/fornecedor e o receptor/destinatário são apresentados a seguir:



Gerador/Fornecedor:

O empreendedor Cooperativa Transportadora de Petróleo e Derivados Ltda (COPETRANS), afirma que a geração dos resíduos se dá mediante a lavagem dos caminhões dos próprios cooperados e, desta maneira, os resíduos transportados são gerados a partir das lavagens dos caminhões da própria Cooperativa Transportadora de Petróleo e Derivados Ltda (COPETRANS).

Consumidor/Destinatário:

- Essencis MG Soluções Ambientais S/A: localizada no município de Betim, possui Revalidação de Licença de Operação Nº 096/2013, válida até 25/06/2020, emitida pelo Superintendente da Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

A atividade de transporte é realizada por 02 veículos que, em cumprimento ao exposto no Art. 22 do Decreto nº 96.044 de 18/05/1988, foram vistoriados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), atestando a adequação para o transporte rodoviário de resíduos perigosos na periodicidade legal. O empreendedor apresentou o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), exercício 2017, de todos os veículos. Lembrando que, o empreendedor deverá, em qualquer caso, atentar para a validade de tais certificados, procedendo às revalidações devidas. A Tabela 01 apresenta os dados dos veículos do presente licenciamento.

Tabela 01: Veículos em licenciamento.

<i>Tipo</i>	<i>Placa</i>	<i>Validade do CIV</i>
CAR/CAMINHÃO/TANQUE	GZV 7451	27/OUT/2017
CAR/CAMINHÃO/TANQUE	HBN 1017	30/DEZ/2017

Fonte: Informações Complementares, 2017.

O empreendedor apresentou cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e certificado válido referente ao curso de Movimentação e Operação de Produtos Perigosos (MOPP) dos 2 condutores.

Quadro 02: Condutores dos veículos em licenciamento.

Condutor	CNH	
	Nº de Registro	Validade
Ricardo Honorato de Lima	00696994651	07/11/2018
Hélio Jose de Avelar	00655081900	26/05/2019

Fonte: Informações Complementares, 2017.



Como explicitado nas Informações Complementares recebidas em 05/10/2017, a limpeza dos veículos é realizada internamente pelos colaboradores operacionais da Cooperativa Transportadora de Petróleo e Derivados Ltda (COPETRANS). A manutenção dos veículos é realizada por terceiros e suas dependências e, a escolha das oficinas especializadas fica a critério dos associados da COPETRANS (Informações Complementares 2017).

O empreendedor deverá atentar para a validade dos documentos, ficando responsável por não utilizar, até que regularize tal documentação, veículos e condutores que, por ventura, tenham a documentação fora do prazo de validade. A realização do transporte deve ser instruída com a documentação legalmente exigível, com destaque para a identificação da carga, através do envelope para transporte e ficha de emergência.

As medidas de controle e prevenção de acidentes e de segurança informadas contemplam normas de trabalho na empresa, procedimentos de inspeção e manutenção dos veículos, listagem de equipamento e acessórios de Segurança conforme a NBR 9734 da ABNT, listagem da documentação constante do envelope de emergência e o plano de atendimento a emergência da empresa.

3. Utilização e Intervenção em Recursos Hídricos

Não se aplica à atividade do objeto deste licenciamento.

4. Autorização para Intervenção Ambiental (AIA)

Não se aplica à atividade do objeto deste licenciamento.

5. Reserva Legal

Não se aplica à atividade do objeto deste licenciamento.

6. Compensação Ambiental

O empreendimento Cooperativa Transportadora de Petróleo e Derivados Ltda (COPETRANS) não é passível de incidência da Compensação Ambiental nos termos da Lei Nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, e do Decreto 45.175, de 17 de setembro de 2009, considerando que a atividade de transporte rodoviário de resíduos perigosos - classe I não causa significativo impacto ambiental.



7. Cumprimento das condicionantes de LI

Não se aplica à atividade do objeto deste licenciamento.

8. Controle Processual

Trata-se de processo administrativo objetivando a obtenção de Licença de Operação para o empreendimento Cooperativa Transportadora de Petróleo e Derivados Ltda (COPETRANS), para a atividade de transporte rodoviário de resíduos perigosos – classe I descrita na DN COPAM nº 74/2004, sob o Código F-02-01-1.

O processo está instruído com a documentação exigível pela legislação pertinente, estando apto assim a ser analisado. O Formulário de Caracterização do Empreendimento fora corretamente preenchido (fls. 01), assinado pelo procurador da empresa, com procuração na folha 05. Foram protocolados todos os documentos exigidos no Formulário de Orientação Básica – FOB (fl. 03)

Em atendimento ao Princípio da Publicidade e ao previsto na Deliberação Normativa COPAM nº 13/95 foi publicada pelo empreendedor em jornal de grande circulação o requerimento da Licença de Operação, (fls. 98) e pelo órgão ambiental foi publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, (fl.100).

O empreendedor encontra-se inscrito do Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras do meio ambiente, do IBAMA, conforme consta no documento na folha nº 33.

A resolução SEMAD nº 412, prevê em seu art. 11 que “Não ocorrerá a formalização do processo de AAF ou de licenciamento ambiental, bem como dos processos de autorizações de uso de recursos hídricos e intervenções em recursos florestais, nas seguintes hipóteses, configuradas isoladamente ou em conjunto”. Desta sorte fora emitida Certidão Negativa de Débito Ambiental nº 1102824/2015 que atesta que o empreendedor não possui qualquer débito decorrente de aplicação de multas por infringência à legislação ambiental, que consta à folha 101.

Os custos indenizatórios de análise foram devidamente pagos conforme fl. 27, assim como as taxas emolumentos.



Quanto ao prazo de validade desta licença, o inciso IV, art. 10 do Decreto nº 44.844/2008 prevê o prazo máximo de 10 anos para Licença de Operação, a saber:

“Art. 10 – As licenças ambientais serão outorgadas com os seguintes prazos máximos de validade:

I – LP: cinco anos;

II – LI: seis anos;

III – LP e LI concomitantes: seis anos;

IV – LO: dez anos;

V – Licenças concomitantes com a LO: dez anos. ”

Consta nos autos a comprovação de regularização ambiental das empresas fornecedoras e receptoras dos resíduos transportados. Salienta-se que o empreendedor só poderá transportar materiais de fornecedores para receptores devidamente licenciados.

9. Conclusão

A equipe interdisciplinar da Supram Central Metropolitana sugere o deferimento desta Licença Ambiental na fase da Licença de Operação para o empreendimento Cooperativa Transportadora de Petróleo e Derivados Ltda (COPETRANS) para a atividade de “Transporte rodoviário de resíduos perigosos – Classe I”, sediada no município de Betim, pelo prazo de 10 (dez) anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

As orientações descritas em estudos, e as recomendações técnicas e jurídicas descritas neste parecer, através das condicionantes listadas em Anexo, devem ser apreciadas pelo Superintendente de Regularização Ambiental – Supram Central.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I) e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram Central Metropolitana, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

Cabe esclarecer que a Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da (s) empresa (s) responsável (is) e/ou seu(s) responsável (is) técnico(s).



Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.

10. Anexos

Anexo I. Condicionantes para Licença de Operação (LO) de Cooperativa Transportadora de Petróleo e Derivados Ltda (COPETRANS).

Anexo II. Programa de Automonitoramento da Licença de Operação (LO) de Cooperativa Transportadora de Petróleo e Derivados Ltda (COPETRANS).



ANEXO I

Condicionantes para Licença de Operação (LO) de Cooperativa Transportadora de Petróleo e Derivados Ltda (COPETRANS)

Empreendedor: Cooperativa Transportadora de Petróleo e Derivados Ltda (COPETRANS)
Empreendimento: Cooperativa Transportadora de Petróleo e Derivados Ltda (COPETRANS)
CNPJ: 21.562.418/0002-43
Município: Betim
Atividade: Transporte rodoviário de resíduos perigosos – Classe I
Código DN 74/04: F-02-01-1
Processo: 00098/1990/008/2015
Validade: 10 (dez) anos **Referência:** Condicionantes da Licença de Operação

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o “Programa de Automonitoramento”, constante do Anexo II.	Durante a vigência de Licença de Operação
02	Apresentar, conforme Deliberação Normativa COPAM nº 13/2005, publicação da concessão desta licença.	30 (trinta) dias

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Obs. Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria Supram, mediante análise técnica e jurídica, desde que não altere o seu mérito/conteúdo.

Destaca-se que qualquer inclusão de veículos deverá passar por novo processo de licenciamento ambiental, nos termos da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença de Operação (LO) de Cooperativa Transportadora de Petróleo e Derivados Ltda (COPETRANS)

Empreendedor: Cooperativa Transportadora de Petróleo e Derivados Ltda (COPETRANS)
Empreendimento: Cooperativa Transportadora de Petróleo e Derivados Ltda (COPETRANS)
CNPJ: 21.562.418/0002-43
Município: Betim
Atividade: Transporte rodoviário de resíduos perigosos – Classe I
Código DN 74/04: F-02-01-1
Processo: 00098/1990/008/2015
Validade: 10 (dez) anos
Referência: Automonitoramento da Licença de Operação

1. Resíduos Sólidos e Oleosos

Enviar anualmente a SUPRAM CENTRAL um relatório, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, contendo:

- Relação atualizada de geradores/receptores com a respectiva licença ambiental;
 - Relação atualizada de rotas;
 - Relação atualizada dos condutores acompanhada de CNH e curso MOPP.
 - Relação atualizada dos veículos, para os casos em que haja eventual substituição de destes, com a identificação do mesmo e documentação atualizada (CRLV e CIV).
- Destaca-se que qualquer inclusão de veículos deverá passar por novo processo de licenciamento*** (Nota Conjunta DINOR/NUTEC nº 01/2010).

2. OCORRÊNCIA DE ACIDENTES

O empreendimento deverá comunicar imediatamente ao Núcleo de Emergências Ambientais (NEA) da SEMAD através dos telefones (31) 9822-3947 e (31) 9825-3947 e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) pelo site emergenciasambientais.sede@ibama.gov.br e pelo fax (61) 3316-1229, ou ainda pela Linha Verde: 0800 618080 e e-mail linhaverde.sede@ibama.gov.br, a ocorrência de qualquer acidente envolvendo veículo da empresa em Minas Gerais com efeitos sobre o meio ambiente. Num prazo máximo de quinze (15) dias após o acidente, a transportadora deverá apresentar a SUPRAM CM um relatório sobre o evento, incluindo:

- Levantamento das causas;
- Descrição da área atingida e extensão do dano ambiental;
- Órgãos e entidades acionados;
- Providências tomadas;
- Medidas de recuperação da área atingida;
- Destino final dos resíduos gerados.



OBSERVAÇÃO:

O não atendimento ao “Programa de Acompanhamento do Transporte Rodoviário de Resíduos Perigosos – Classe I” implicará na aplicação das sanções cabíveis, previstas na Legislação Ambiental vigente.

IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram CM, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo (s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.